



# A TUTELA DE URGÊNCIA NO DIREITO CIVIL: UMA ANÁLISE DA GUARDA PROVISÓRIA DE MENORES

## Autor(res)

Felipe Rossi De Andrade

Vinicius Mattos De Melo

Arthur Henrique Leite Dos Santos

## Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

## Instituição

CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA

## Introdução

A guarda provisória fundamentada na tutela de urgência surge como resposta jurídica diante de contextos familiares marcados por conflitos e riscos iminentes. No direito civil, sua aplicação visa proteger a integridade física, emocional e social da criança ou adolescente, enquanto se aguarda o julgamento definitivo da ação principal. O presente trabalho insere-se na discussão acerca da proteção dos direitos fundamentais da infância, abordando os desafios e limites da atuação judicial em situações emergenciais. Com base em fontes legislativas e doutrinárias, a introdução busca contextualizar o tema dentro da área do Direito Civil, evidenciando sua relevância para o ordenamento jurídico brasileiro.

## Objetivo

O objetivo geral deste estudo é analisar a efetividade da tutela de urgência como instrumento de concessão da guarda provisória de menores no processo civil brasileiro. Os objetivos específicos consistem em: examinar os fundamentos legais e constitucionais da tutela de urgência; compreender os critérios utilizados pelo Judiciário na concessão da guarda provisória; e avaliar os impactos sociais e jurídicos resultantes dessa medida, a fim de contribuir para o aprimoramento da atuação jurídica e judicial em prol da infância.

## Material e Métodos

A pesquisa desenvolveu-se por meio de abordagem qualitativa, com natureza exploratória e caráter teórico-documental. Utilizou-se a análise de doutrinas jurídicas, legislações nacionais, especialmente o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), além da Constituição Federal de 1988. Foram também examinadas convenções internacionais como a Convenção sobre os Direitos da Criança. A coleta de dados foi realizada através de fontes bibliográficas e jurisprudenciais disponíveis em plataformas como Scielo, Google Acadêmico e sites de tribunais. O recorte temporal priorizou decisões e publicações entre os anos de 2018 e 2024.

## Resultados e Discussão

Os dados coletados demonstram que a tutela de urgência tem sido amplamente empregada nos tribunais



brasileiros para assegurar a guarda provisória de menores em situações de urgência, priorizando o princípio do melhor interesse da criança. A análise jurisprudencial revelou decisões rápidas e fundamentadas, principalmente em casos de abandono, violência doméstica ou negligência. Contudo, percebe-se divergência quanto aos critérios adotados pelos magistrados, o que pode comprometer a segurança jurídica e a previsibilidade das decisões. A literatura consultada também aponta a importância de se considerar o contexto familiar e social do menor, além do risco de danos irreversíveis. Ressalta-se a eficácia da medida, mas alerta-se para a necessidade de uma formação contínua dos operadores do Direito, com foco nos direitos da criança, e uma maior articulação entre os órgãos do sistema de justiça e a rede de proteção social, visando soluções mais justas e duradouras.

### **Conclusão**

A partir da análise realizada, conclui-se que a tutela de urgência aplicada à guarda provisória de menores representa uma ferramenta jurídica essencial à proteção dos direitos da criança. Sua utilização possibilita respostas céleres diante de contextos de risco, preservando a dignidade e o bem-estar do menor. Entretanto, a efetividade dessa medida depende da sensibilidade e preparo dos operadores do Direito, bem como de decisões fundamentadas e articuladas com os princípios constitucionais e os tratados internacionais. Reforça-se a importância da padronização de critérios e do fortalecimento da rede de proteção à infância, para que o instituto cumpra plenamente seu papel protetivo e garantidor de direitos.

### **Referências**

BRASIL. Constituição da República Federativa Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/doBrasil/1988>.  
BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.  
BRASIL. Código de Processo Civil. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.  
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA. Assembleia Geral da ONU, 1989.  
DINAMARCO, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2021.  
WAMBIER, Teresa Arruda Alvim et al. Curso Avançado de Processo Civil: tutela provisória. 18. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.